

PORTARIA

CRCCE N.º 107/2022

**APROVA TERMO DE
COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB
CONFIDENCIALIDADE COM PESSOA
JURÍDICA DO CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO CEARÁ - CRCCE.**

O **PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a cooperação entre o CFC e Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, por força de Convênio, Acordo de Cooperação ou relação contratual, com vistas ao compartilhamento de dados pessoais armazenados em banco de dados do CFC, a fim de garantir a conformidade com as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade, com o objetivo de regulamentar a cessão de dados pessoais armazenados no banco de dados do CFC com Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em razão de obrigação decorrente de convênio, acordo de cooperação ou contrato, conforme Modelo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza(CE), 24 de maio de 2022

FELLIPE MATOS GUERRA
PRESIDENTE

Modelo I

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB CONFIDENCIALIDADE CRCCE E A EMPRESA XXXXX

Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade que, entre si, celebram o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará- CRCC e a empresa XXXXXXXX, para apoio institucional e acesso à base de dados. Pelo presente Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade, de um lado, o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ (CRCCE), autarquia federal com sede na Av. da Universidade, 3057, Benfica, Fortaleza (CE, CEP 60020-181, inscrito no CNJP sob o n.º 07.093.503/0001-06, representado pelo seu presidente, FELLIPE MATOS GUERRA, brasileiro, casado, contador, CRCCE – 21.074, inscrito no CPF sob o n.º 024.992.353-06; e, de outro lado, a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, estabelecida no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; têm ajustado e acordam, entre si, sob os fundamentos e as cláusulas a seguir elencadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de compartilhamento tem por objeto regulamentar a cooperação entre os partícipes, visando à cessão de dados pessoais armazenados no banco de dados do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará à empresa XXXXXXXX, abarcando as seguintes medidas:

1.1.1. as especificações de confidencialidade dos dados a serem cedidos encontram-se no Anexo I deste Termo de Compartilhamento de Dados e devem seguir em conformidade à Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

1.1.2. observância e aplicação dos requisitos que assegurem a autenticidade e a integridade dos documentos emitidos sob a forma digital ou eletrônica, assinados com certificação ICP-Brasil;

1.1.3. as informações fornecidas pelo CRCCE serão única e exclusivamente utilizadas para

atender a finalidades institucionais; e

1.1.4. este termo destina-se única e exclusivamente à cessão de dados armazenados pelo CRCCE, para atender à sua prerrogativa administrativa e institucional, quais sejam: registro, fiscalização e educação continuada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA –

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Caberá ao CRCCE (cedente):

2.1.1. disponibilizar ao cessionário, e manter atualizados, os dados especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA deste termo, em formato acordado entre as partes;

2.1.2. prestar suporte referente à utilização dos dados do Conselho Federal de Contabilidade; e

2.1.3. informar ao cessionário, para as devidas providências, os casos identificados como suspeitos de irregularidades, obtidos por meio de processo de monitoramento nacional. 2.2.

Caberá à empresa XXXXXXXX (cessionário):

2.2.1. dispor dos meios necessários para manter o armazenamento seguro dos dados compartilhados;

2.2.2. indicar ao CFC um interlocutor para a tramitação de assuntos técnicos oriundos deste termo;

2.2.3. guardar confidencialidade e zelar pela privacidade das informações compartilhadas pelo CFC, constituindo-se o presente em termo de confidencialidade;

2.2.4. não repassar, comercializar ou transferir a terceiros não autorizados, as informações individualizadas, no todo ou em parte, de forma a violar a confidencialidade da informação;

2.2.5. não disponibilizar, emprestar ou permitir o acesso de pessoas, sistemas ou instituições não autorizadas às informações contidas na base de dados do CRCCE;

2.2.6. utilizar as informações compartilhadas pelo CRCCE exclusivamente para as finalidades inerentes ao presente termo;

2.2.7. enviar ao CRCCE, aos cuidados do presidente, o Termo de Confidencialidade (Anexo I), devidamente assinado pelo representante legal do cessionário;

2.2.8. compartilhar com o cedente quaisquer informações complementares de interesse mútuo

que venha a ter conhecimento ao longo da vigência deste termo;

2.2.9. em conformidade ao Art. 48 da Lei n.º 13.709, o cessionário comunicará imediatamente ao cedente, ao titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular; e

2.2.10. não praticar ou permitir qualquer ação que comprometa a integridade da base de dados do CRCCE.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade das partes qualificadas neste acordo o sigilo das informações individuais contidas no sistema ou processo tecnológico envolvido em qualquer das etapas do ciclo da informação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

3.1. O presente termo não ensejará qualquer transferência de créditos orçamentários ou recursos financeiros entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento vigorará a partir da data de sua assinatura pelas partes, sem prejuízo de publicação no Diário Oficial da União, pelo prazo de 12 (doze) meses.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXTINÇÃO

5.1. A extinção deste termo dar-se-á:

5.1.1. por mútuo acordo entre os pactuantes;

5.1.2. por vontade de uma das partes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias;

5.1.3. pela superveniência de norma legal ou de fato jurídico que torne material ou formalmente inexecutável o seu objeto; e/ou

5.1.4. imediata e unilateralmente pelo CRCCE, na hipótese da empresa XXXXXXXX descumprir qualquer cláusula deste acordo, sem quaisquer direitos indenizatórios.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. O CRCCE se compromete a dar publicidade do presente termo em seu Portal da Transparência e Prestação de Contas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

7.1. A quebra da confidencialidade das informações disponibilizadas por meio deste termo, fora das hipóteses ora autorizadas, sujeitará o infrator às sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente.

7.2. A autorização de acesso aos dados a serem disponibilizados somente poderá ser concedida aos empregados, estagiários e terceirizados devidamente cadastrados dos partícipes.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as normas de direito público aplicáveis à espécie;

8.2. E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente termo, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, abaixo assinadas.

8.3. As questões porventura oriundas das interpretações do presente termo, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Ceará.

Fortaleza (CE), XX de XXXXXX de 202X.

Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Contador Fellipe Matos Guerra

ANEXO I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

_____, por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente CESSIONÁRIA, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A CESSIONÁRIA reconhece que tomou conhecimento de informações privadas do Conselho Federal de Contabilidade, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará e da CESSIONÁRIA, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do contrato ora referido.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas ao sigilo, por imposição legal;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de fornecedores, profissionais da contabilidade, organizações contábeis e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, elaboradas e/ou adquiridas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;

- V. outros documentos e informações porventura conhecidos durante a execução dos serviços;
- VI. informações de dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis de profissionais registrados, aprovados em exames e empregados ou colaboradores.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A CESSIONÁRIA reconhece que as referências dos incisos da Cláusula Segunda deste termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade, que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro, devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CESSIONÁRIA deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal do CRCCE a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do CRCCE poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

4. CLÁUSULA QUARTA

4.1. A CESSIONÁRIA recolherá, ao término do Termo de Compartilhamento, para imediata devolução ao CRCCE, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais, envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza, que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço ou de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com a CESSIONÁRIA, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto da vigência do presente Termo de Compartilhamento.

Parágrafo Único. A CESSIONÁRIA determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do contrato, a observância do presente termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a informar imediatamente ao CRCCE qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas, que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço

6. CLÁUSULA SEXTA

6.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e o CRCCE abrangem as informações presentes ou futuras.

8. CLÁUSULA OITAVA

8.1. O RESPONSÁVEL se compromete, no âmbito do contrato objeto do presente termo, a apresentar ao CRCCE declaração individual de adesão e aceitação das presentes cláusulas, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no contrato.

Fortaleza(CE), de de _____.

Representante Legal da Empresa